



bases
FUNDAÇÃO BANEB DE
SEGURIDADE SOCIAL



RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2021

DIRETORIA EXECUTIVA

Ingryd Cunha Lemos

Presidente e Diretora de Seguridade em Exercício

Nelsiene Santos Sena

Diretora Adm. e Financeira

CONSELHO DELIBERATIVO

TITULARES

Taytiane Peneluc Menezes de Cirqueira- Presidente

Eduardo Rangel Gomes Silva Souza

Hilda Maria Ribeiro Chagas

José Gomes do Prado Filho

SUPLENTES

Geiza Moreira Silva Duarte Batista

Fernando Santos Braga

Nelson Ney Pires Gomes Santana

CONSELHO FISCAL

TITULARES

Adriana Alcantara Villas Boas - Presidente

Mineia Rubia dos Reis Xavier

SUPLENTES

Luis Artur Pereira Freitas

Índice

04	Mensagem aos participantes
05	Panorama geral dos participantes em 2020
05	Receitas
06	Despesas
07	Distribuição dos Investimentos
08	Demonstrativo de Investimentos
09	Rentabilidade
10	Custos com Administração de Recursos
11	Política de Investimentos
12	Relatório de Avaliação Atuarial do Plano Básico
15	Relatório de Avaliação Atuarial do Plano Misto
18	Balanço Patrimonial Consolidado
19	Demonstração do Ativo Líquido
19	Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
20	Demonstração da Mutação do Ativo Líquido
21	Demonstração das Provisões Técnicas
22	Demonstração do PGA
22	Demonstração das Despesas Administrativas
23	Notas Explicativas
38	Relatório dos Auditores Independentes
40	Parecer do Conselho Fiscal
40	Manifestação do Conselho Deliberativo

Mensagem aos participantes

O ano de 2021 foi mais um ano de grandes desafios para a BASES. A continuidade da pandemia de Covid- 19 e suas consequências influenciaram significativamente a economia e os mercados financeiros.

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar sentiram os reflexos da crise. Os fundos de pensão tiveram déficit de R\$ 36,4 bilhões em 2021, segundo a Abrapp. O resultado negativo do sistema teve impacto de fatores como a inflação, o recuo do Ibovespa e o cenário externo. A BASES também encerrou o ano com resultado negativo nos Planos Básico e Misto.

Importante alertar que apesar do resultados dos investimentos, as entidades fechadas de previdência complementar têm um perfil de longo prazo. Essa característica possibilita que os fundos de pensão possam atenuar as perdas sentidas na atual conjuntura.

Ainda que tenhamos encerrado o ano com resultado negativo, conseguimos superar a média nacional de rentabilidade das entidades nos dois planos de benefícios que administra. Porém, não conseguimos bater a nossa própria meta atuarial.

Os investimentos consolidados fecharam 2021 em aproximadamente R\$ 961 milhões. Do total consolidado dos investimentos, R\$ 329 milhões referem-se ao Plano Misto. Já o Plano Básico corresponde a R\$ 632 milhões do total dos Investimentos.

O ano de 2021 também foi marcado pela mudança do critério de atualização dos benefícios concedidos e a conceder do Plano, de IGP-M para o

INPC, assim a TMA do Plano Misto passou a ser INPC+4,09%. A decisão visa refletir no equilíbrio do Plano Misto e está embasada pela recomendação do Pareceres atuarial, jurídico e financeiro, além de estudos realizados internamente pelos técnicos da BASES.

Nesse processo de alteração do Indexador do Plano Misto, fomos além das exigências da Resolução CNPC nº 40. Realizamos nossa primeira reunião virtual no qual tivemos oportunidade de esclarecer as dúvidas dos participantes. Tudo foi feito com muita clareza e transparência, como já é característica da gestão da BASES.

Mais do que uma obrigação legal, este relatório representa uma prestação de contas da administração da BASES, que trabalha incansavelmente em busca dos melhores resultados possíveis.

Para 2022, Colaboradores, Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal permanecerão trabalhando de modo a garantir as melhores práticas de gestão da nossa Entidade.

Aproveitamos a oportunidade para, mais uma vez, agradecermos aos nossos participantes pelo apoio e confiança depositados na BASES.

DIRETORIA EXECUTIVA

Ingryd Cunha Lemos

PRESIDENTE

E DIRETORA DE SEGURIDADE INTERINA

Nelsiene Santos Sena

DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Panorama geral dos participantes em 2021

A BASES encerrou o exercício de 2021 com um total de 1.806 participantes, distribuídos entre os seus planos de benefícios. Desse total, 1.574 são assistidos (pessoas que estão recebendo benefícios), 225 ativos e 7 autopatrocinados (participante que perde o vínculo empregatício com a empresa patrocinadora e opta em permanecer na Bases, contribuindo mensalmente, com os mesmos valores de quando estava ativo, ou seja, com os valores de suas contribuições e os do patrocinador). A seguir apresentamos quadro demonstrativo do número de participantes:

PARTICIPANTES	QUANTIDADE 2021		
SITUAÇÃO	PLANO BÁSICO	PLANO MISTO	TOTAL
ATIVOS	37	188	225
AUTOPATROCINADOS	0	7	7
ASSISTIDOS	1.173	401	1.574
TEMPO DE SERVIÇO	589	153	742
INVALIDEZ	311	175	486
PRÉ-INVALIDEZ	0	17	17
IDADE	7	32	39
PENSÃO	266	24	290
TOTAL	1.210	596	1.806

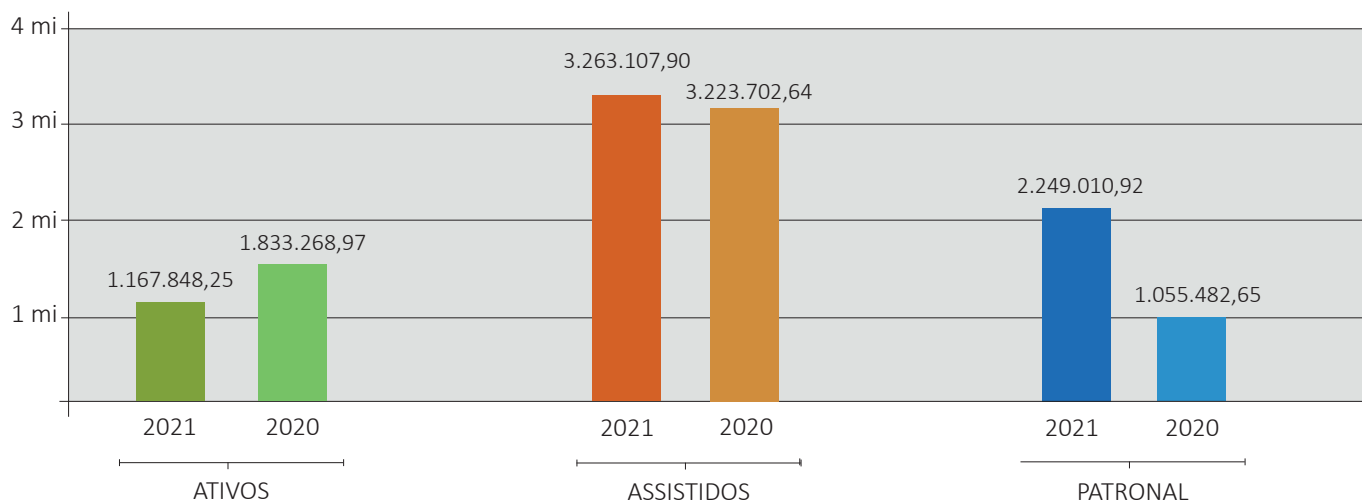
Receitas

As receitas dos Planos de Benefícios são representadas pelas contribuições dos patrocinadores, participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, bem como pelos rendimentos financeiros resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. Em 2021, as receitas, somados os dois Planos de Benefícios, alcançaram o valor de R\$ 6.679.967,07.

	PLANOS			
RECEITAS	PLANO BÁSICO		PLANO MISTO	
CONTRIBUIÇÕES	2021	2020	2021	2020
ATIVOS	131.916,48	165.954,74	1.035.931,77	1.667.314,23
ASSISTIDOS	3.263.107,90	3.223.702,64	0,00	0,00
PATRONAL	1.511.562,18	325.257,40	737.448,74	730.225,25
TOTAL	4.906.586,56	3.714.914,78	1.773.380,51	2.397.539,48

Contribuições 2021 - Valores Consolidados

(R\$ milhões)



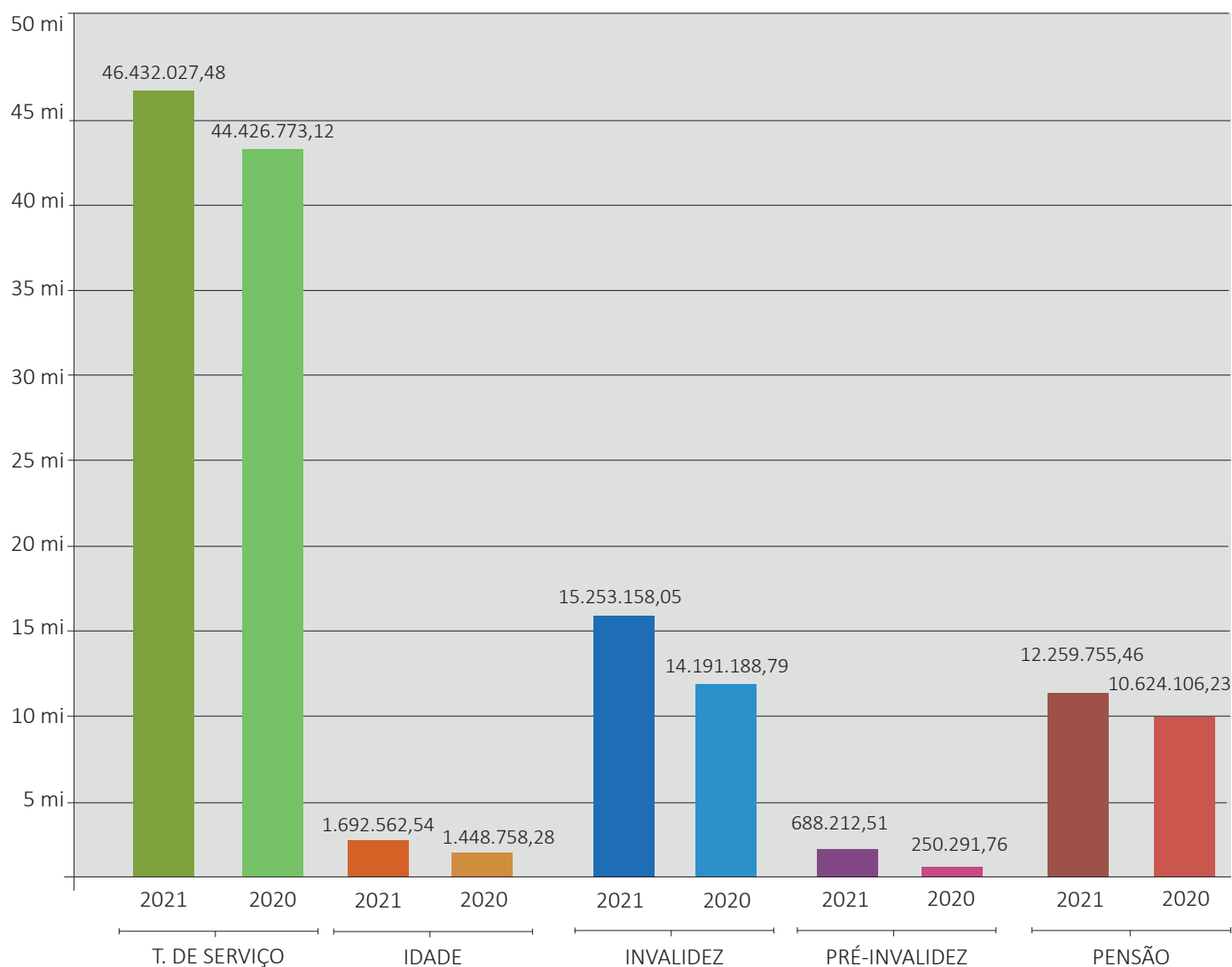
Despesas

As despesas previdenciais com as folhas de benefícios no ano de 2021 foram de R\$ 76.325.716,04. A folha do Plano Básico totalizou R\$ 59.026.534,54 e a folha do Plano Misto, R\$ 17.299.181,50. A seguir apresentamos quadro demonstrativo dos benefícios.

	PLANOS			
DESPESAS	BÁSICO		MISTO	
BENEFÍCIOS	2021	2020	2021	2020
TEMPO DE SERVIÇO	38.776.473,85	38.108.743,83	7.655.553,63	6.318.029,29
INVALIDEZ	8.744.472,87	8.783.193,05	6.508.685,18	5.407.995,74
PRÉ-INVALIDEZ	0,00	0,00	688.212,51	247.107,60
IDADE	245.445,72	234.548,19	1.447.116,82	1.214.210,09
PENSÃO	11.260.142,10	9.879.566,32	999.613,36	744.539,91
TOTAL	59.026.534,54	57.006.051,39	17.299.181,50	13.931.882,63

Folha 2021 - Valores Consolidados por tipo benefício

(R\$ milhões)



Distribuição de Investimentos

ANOS	2021		2020	
PLANO BÁSICO				
SEGMENTO	R\$	%	R\$	%
RENTA FIXA	578.212.309,25	91,53%	574.681.694,88	90,86%
EMPRÉSTIMO	8.427.863,62	1,33%	9.424.323,46	1,49%
IMÓVEIS	45.060.000,00	7,13%	48.399.751,38	7,65%
TOTAL PB	631.700.172,87	100,00%	632.505.769,72	100,00%
PLANO MISTO				
SEGMENTO	R\$	%	R\$	%
RENTA FIXA	318.874.425,66	96,91%	308.882.052,76	96,80%
EMPRÉSTIMO	10.154.702,13	3,09%	10.208.846,08	3,20%
TOTAL PM	329.029.127,79	100,00%	319.090.898,84	100,00%
CONSOLIDADO				
SEGMENTO	R\$	%	R\$	%
RENTA FIXA	897.086.734,91	93,38%	883.563.747,64	92,85%
EMPRÉSTIMO	18.582.565,75	1,93%	19.633.169,54	2,06%
IMÓVEIS	45.060.000,00	4,69%	48.399.751,38	5,09%
TOTAL GERAL	960.729.300,66	100,00%	951.596.668,56	100,00%

Demonstrativo de Investimentos - Plano Básico

ANOS	2021	2020
PLANO BÁSICO		
1. Gestão de Carteira Própria	50.881.420,40	55.129.167,47
1.1 Depósitos	-	-
1.2 Títulos Públicos	-	-
Títulos Privados	-	-
Ações	-	-
Operações Compromissadas	-	-
Participações em SPE	-	-
Derivativos Opções	-	-
Derivativos Termos	-	-
Derivativos Futuros	-	-
Derivativos Swaps	-	-
Empréstimos/Financiamentos	5.472.034,14	6.469.573,93
Carteira Imobiliária	45.060.000,00	48.399.751,43
Valores a Pagar/Receber	349.386,26	259.842,11
Exigível Contingencial/Investimentos	-	-
2. Fundos	578.212.311,24	574.681.695,97
BRDESCO FI MM FEB BD	578.212.311,24	578.212.311,24
3. Total Demonstrativo de Investimentos	629.093.731,64	629.810.863,44

Demonstrativo de Investimentos - Plano Misto

ANOS	2021	2020
PLANO MISTO		
1. Gestão de Carteira Própria	3.999.208,46	3.981.686,29
1.1 Depósitos	-	-
1.2 Títulos Públicos	-	-
Títulos Privados	-	-
Ações	-	-
Operações Compromissadas	-	-
Participações em SPE	-	-
Derivativos Opções	-	-
Derivativos Termos	-	-
Derivativos Futuros	-	-
Derivativos Swaps	-	-
Empréstimos/Financiamentos	4.013.645,33	3.982.053,25
Carteira Imobiliária	-	-
Valores a Pagar/Receber	-14436,87	-366,96
Exigível Contingencial/Investimentos	-	-
2. Fundos	318.874.425,66	308.882.011,64
BRADESCO FI MM FEB II CD	318.874.425,66	308.882.011,64
3. Total Demonstrativo de Investimentos	322.873.634,12	312.863.697,93

Demonstrativo de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

ANOS	2021	2020
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA		
1. Gestão de Carteira Própria	324,62	368,72
1.1 Depósitos	324,62	368,72
1.2 Títulos Públicos	-	-
Títulos Privados	-	-
Ações	-	-
Operações Compromissadas	-	-
Participações em SPE	-	-
Derivativos Opções	-	-
Derivativos Termos	-	-
Derivativos Futuros	-	-
Derivativos Swaps	-	-
Empréstimos/Financiamentos	-	-
Carteira Imobiliária	-	-
Valores a Pagar	-	-
Exigível Contingencial/Investimentos	-	-
2. Fundos	12.305.136,37	14.630.805,87
BRADESCO FI RF DI FEDERAL EXTRA	9.408.640,83	11.870.720,84
BRADESCO FI RF REFERENCIADO DI PREMIUM	2.896.495,54	2.760.085,03
3. Total Demonstrativo de Investimentos	12.305.460,99	14.631.174,59

Rentabilidade Acumulada dos Planos

	RENTABILIDADE ACUMULADA	
ANO	PLANO BÁSICO	META ATUARIAL
2021	9,62%	15,67%
2020	7,87%	10,72%

	RENTABILIDADE ACUMULADA	
ANO	PLANO MISTO	META ATUARIAL
2021	10,53%	22,60%
2020	7,33%	28,18%

	RENTABILIDADE ACUMULADA	
ANO	PGA	ÍNDICE DE REFERÊNCIA
2021	4,45%	4,40%
2020	2,29%	2,77%

Rentabilidade por Plano e por Segmento de Aplicação

PLANO BÁSICO	2021	2020
RENTA FIXA	9,92%	7,45%
EMPRÉSTIMO	19,13%	18,37%
IMÓVEIS	4,14%	10,52%
PLANO (INVESTIMENTOS)	9,62%	7,89%

PLANO MISTO	2021	2020
RENTA FIXA	9,93%	6,66%
EMPRÉSTIMO	27,74%	30,73%
PLANO (INVESTIMENTOS)	10,53%	7,33%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)	2021	2020
RENTA FIXA	4,45%	2,29%
PGA (INVESTIMENTOS)	4,45%	2,29%

Custos com Administração de Recursos

Plano Básico

PLANO BÁSICO	1º SEMESTRE 2021	2º SEMESTRE 2021	TOTAL
TX ADM.	181.599,30	188.548,82	370.148,12
PERFORMANCE	0,00	0,00	0,00
TX ANBIMA	5.790,00	2.895,00	8.685,00
TX CETIP	40.821,72	37.188,56	78.010,28
TX SELIC	7.268,83	6.870,39	14.139,22
AUDITORIA	5.980,00	0,00	5.980,00
CUSTÓDIA	14.486,10	14.523,38	29.009,48
CVM	12.029,55	24.059,10	36.088,65
OUTROS	604,52	122,35	726,87
TOTAL	268.580,02	274.207,60	542.787,62

Plano Misto

PLANO BÁSICO	1º SEMESTRE 2021	2º SEMESTRE 2021	TOTAL
TX ADM.	98.297,78	102.707,12	201.004,90
PERFORMANCE	0,00	0,00	0,00
TX ANBIMA	4.714,53	2.325,00	7.039,53
TX CETIP	21.660,08	20.004,26	41.664,34
TX SELIC	4.416,13	4.122,23	8.538,36
AUDITORIA	4.178,80	5.835,00	10.013,80
CUSTÓDIA	7.853,74	7.920,15	15.773,89
CVM	9.022,16	18.044,32	27.066,48
OUTROS	388,11	21,96	410,07
TOTAL	150.531,33	160.980,04	311.511,37

Valores Consolidados

CONSOLIDADO	TOTAL
TX ADM.	571.153,02
PERFORMANCE	0,00
TX ANBIMA	15.724,53
TX CETIP	119.674,62
TX SELIC	22.677,58
AUDITORIA	15.993,80
CUSTÓDIA	44.783,37
CVM	63.155,13
OUTROS	1.136,94
TOTAL	854.298,99

Aderência à Política de Investimentos de 2021

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2021					ENQUADRAMENTO BASES 2021		
SEGMENTOS	RESOL. 4.661	PLANO BÁSICO	PLANO MISTO	PGA	PLANO BÁSICO	PLANO MISTO	PGA
Renda Fixa	100%	100%	100%	100%	91,53%	96,91%	100%
Renda Variável	70%	30%	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Invest. Estruturados	20%	20%	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Invest. no Exterior	10%	10%	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimo a Participantes	15%	15%	-	0,00%	1,34%	3,09%	0,00%
Imóveis	20%	8%	-	0,00%	7,13%	0,00%	0,00%
Total					100,00%	100,00%	100,00%

Quadro Resumo da Política de Investimentos para o ano de 2022

TAXA MÍNIMA/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PERÍODO DE REFERÊNCIA	INDEXADOR	PLANO	TAXA DE JUROS
01/2022 a 12/2022	INPC	Plano de Benefício Definido - Básico CNPB: 19.860.002-65	5,00%
01/2022 a 12/2022	IGP-M	Plano Misto de Benefícios Previdenciários CNPB: 19.980.037-11	4,09%
01/2022 a 12/2022	DI-CETIP	Plano de Gestão Administrativa - PGA	0,00%

DOCUMENTAÇÃO RESPONSÁVEL

Aprovação na Ata da 359ª Reunião do Conselho Deliberativo, de 17 de Dezembro de 2021.

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

PERÍODO	SEGMENTO	NOME	CARGO
01/2022 a 12/2022	Plano	Ingryd Cunha Lemos	Presidente

CONTROLE DE RISCO

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	
Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Não	Dispõe de Manual: Não	Realiza Estudos de ALM: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não	

ALOCÇÃO DE RECURSOS - Período de Referência: 01/2022 a 12/2022

PLANO BÁSICO

SEGMENTO	LIMITE RES. 4.661	ALOCÇÃO MÍNIMA %	ALOCÇÃO MÁXIMA %	ALOCÇÃO ALVO%	META DE RENTABILIDADE
RENTA FIXA	100	0	100	71	INPC + 5,00% a.a
RENTA VARIÁVEL	70	0	30	15	IBX + 3,00% a.a
IMOBILIÁRIO	20	0	8	0	INPC + 5,00% a.a
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	15	0	15	4	INPC + 5,00% a.a
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20	0	20	10	INPC + 5,00% a.a
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10	0	10	0	INPC + 5,00% a.a

PLANO MISTO

SEGMENTO	LIMITE RES. 4.661	ALOCÇÃO MÍNIMO %	ALOCÇÃO MÁXIMO %	ALOCÇÃO ALVO%	META DE RENTABILIDADE
RENTA FIXA	100	0	100	80	IGP-M + 4,75% a.a
RENTA VARIÁVEL	70	0	20	10	IBX + 3,00% a.a
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	20	0	5	0	IGP-M + 4,75% a.a
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	15	0	15	4	IGP-M + 4,75% a.a
IMOBILIÁRIO	20	0	5	0	IGP-M + 4,75% a.a
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	20	0	15	5	IGP-M + 4,75% a.a

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

SEGMENTO	LIMITE RES. 4.661	ALOCÇÃO MÍNIMO %	ALOCÇÃO ALVO%	ALOCÇÃO MÁXIMO %	META DE RENTABILIDADE
RENTA FIXA	100	0	100	100	CDI

Relatório de Avaliação Atuarial do Plano Básico

1. Introdução

Apresentaremos os resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2021, posicionada em 31/12/2021, do Plano Básico (CNPB: 1986.0002-65), utilizando a base de dados cadastrais de 31/12/2021, dimensionando o valor de suas Provisões Matemáticas Reavaliadas, de seus Fundos Previdenciais e de outros compromissos do Plano de Benefícios, considerando hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento em conformidade com a legislação vigente e com as boas práticas previstas na literatura atuarial, para que se possa definir o Plano de Custeio do Plano, permitindo um planejamento de longo prazo adequado por parte de seus administradores para quitação das suas obrigações futuras de natureza Previdencial, em conformidade com a legislação vigente e com as definições estabelecidas no Regulamento do Plano em vigor.

Observações: Base de dados cadastrais de dezembro de 2021, com provisão de reajuste utilizando o INPC do IBGE, para posicionar os valores monetários a preços de dezembro de 2021, no que se refere a realização da Avaliação Atuarial.

2. Legislação Aplicável

Os principais normativos aplicáveis ao segmento de Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC do Brasil, observados para elaboração desta Avaliação Atuarial de encerramento de exercício, estão descritos a seguir:

- Lei nº 109/2001 de 29/05/2001

Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.

- Resolução CNPC nº 30/2018 de 10/10/2018

Dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, bem como estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios, e dá outras providências.

- Instrução Previc nº 10/2018 de 30/11/2018

Regulamenta os critérios para definição da duração do passivo, da taxa de juros parâmetro e do ajuste de precificação, assim como estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para destinação e utilização de superávit e elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit, de que trata a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, e dá outras providências.

3. Informações Gerais sobre o Plano

O Plano Básico é um Plano do tipo Benefício Definido, fechado à adesão de novos participantes desde 01/07/1998, administrado pela FUNDACAO BANE DE SEGURIDADE SOCIAL- BASES e Patrocinado pela BANE CORRETORA DE SEG. S/A (CNPJ: 14.560.304/0001-18), pelo BANCO ALVORADA S/A (CNPJ: 33.870.163/0001-84) e pela própria BASES (CNPJ: 14.855.753/0001-93).

4. Hipóteses Atuariais e Métodos de Financiamento

4.1. Hipóteses Atuariais

O conjunto das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas, conforme indicado pela Carta BASES – 51 / 2021, foram as seguintes: serem adotados pelas EFPC na realização ou na manutenção dos estudos técnicos já existentes.

Hipótese	Valor
Taxa Real de Juros	4,98% ao ano
Crescimento Real de Salário	0,00% ao ano
Crescimento Real do SRB	3,00% ao ano

Fator de Capacidade dos Benefícios	97,24%
Indexador do Plano	INPC do IBGE
Tábua de Mortalidade Geral	q_x da AT2000 (segregada por sexo) desagregada em 15%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	$q_x^i = q_x$ da da AT-83 (masculina)
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas
Rotatividade	Nula
Composição Familiar- Benefícios a Conceder	Família Média (H_x^{12}) 2021
Composição Familiar- Benefícios Concedidos de Aposentadorias	Família Média (H_x^{12}) 2021
Composição Familiar- Benefícios Concedidos de Pensões	Família Efetiva
Entrada em Aposentadoria	Ao preencher as carências regulamentares

4.2. Método de Financiamento

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes desde 01/07/1998, o regime financeiro de Capitalização na versão Agregado continuou sendo adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria, de Pensão por Morte, Auxílio Reclusão e de Pecúlio por Morte, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

5. Patrimônio de Cobertura do Plano

O Patrimônio de Cobertura efetivamente constituído pelo Plano Básico é o valor utilizado para fazer face às Provisões Matemáticas calculadas (Passivo do Plano) e determinará se o Plano de Benefícios Previdenciário está equilibrado, deficitário ou superavitário. Esse patrimônio pode ser composto por bens, direitos e ativos financeiros. Esses ativos financeiros, conforme disposto na legislação em vigor, podem estar segmentados em Renda Fixa, Renda Variável Estruturado, Imobiliário, Operações com Participantes e Exterior. O Patrimônio de Cobertura informado pela Fundação BASES para o Plano Básico na posição de 31/12/2021 foi de R\$ 631.954.802,21.

6. Resultados apurados

A situação financeiro-atuarial do Plano Básico, avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do ano anterior), em razão do fechamento do Plano a novas adesões de participantes, em 01/07/1998, bem como com as hipóteses atuariais descritas no item 4.1., em 31/12/2021, foi avaliada conforme a seguir:

CÓDIGO	TÍTULO	VALORES - (R\$)
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO (*)	631.954.802,21
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	652.377.924,41
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	637.700.177,42
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.02.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização	637.700.177,42
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados- Assistidos	493.378.521,67
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados- Assistidos	144.321.655,75
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	14.677.746,99
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.02.02.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	11.982.229,86
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	12.280.100,45
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-283.857,96
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-14.012,63
2.3.1.1.02.03.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	2.695.517,12
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	2.762.525,96
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-63.856,56

2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-3.152,27
2.3.1.1.02.04.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Repart de Cap de Cobertura	0,00
2.3.1.1.02.05.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinadores (ES)	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	-20.423.122,20
2.3.1.2.01.00.00	Resultados Realizados	-20.423.122,20
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-20.423.122,20
2.3.1.2.02.00.00	Resultados a Realizar	0,00

* Os valores contábeis encaminhados para processamento desta avaliação atuarial não sofreram análise pela Jessé Montello e a responsabilidade por sua veracidade é integralmente da Entidade.

Gabriel Pimentel Sátyro
Atuário MIBA 2799

Relatório de Avaliação Atuarial do Plano Misto

1. Introdução

Apresentaremos os resultados da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2021 do Plano Misto (CNPB: 1998.0037-11), utilizando a base de dados cadastrais de 31/12/2021, dimensionando o valor de suas Provisões Matemáticas Reavaliadas, de seus Fundos Previdenciais e de outros compromissos do Plano de Benefícios, considerando hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento em conformidade com a legislação vigente e com as boas práticas previstas na literatura atuarial, para que se possa definir o Plano de Custeio do Plano, permitindo um planejamento de longo prazo adequado por parte de seus administradores para quitação das suas obrigações futuras de natureza Previdencial, em conformidade com a legislação vigente e com as definições estabelecidas no Regulamento do Plano em vigor.

Observações: Base de dados cadastrais de dezembro de 2021, com provisão de reajuste utilizando o INPC do IBGE, para posicionar os valores monetários a preços de dezembro de 2021, no que se refere a realização da Avaliação Atuarial.

2. Legislação Aplicável

Os principais normativos aplicáveis ao segmento de Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC do Brasil, observados para elaboração desta Avaliação Atuarial de encerramento de exercício, estão descritos a seguir:

- Lei nº 109/2001 de 29/05/2001

Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.

- Resolução CNPC nº 30/2018 de 10/10/2018

Dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, bem como estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios, e dá outras providências.

- Instrução Previc nº 33/2020 de 23/10/2020

Regulamenta critérios técnico-atuariais para definição da duração do passivo, da taxa de juros parâmetro, do ajuste de precificação, do estudo técnico de adequação das hipóteses atuarias, além de estabelecer procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para destinação e utilização de superávit e elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit.

3. Informações Gerais sobre o Plano

O Plano Misto é um Plano do tipo Benefício Definido, fechado à adesão de novos participantes desde 01/07/1998, administrado pela FUNDACAO BANE DE SEGURIDADE SOCIAL- BASES e Patrocinado pela BANE CORRETORA DE SEG. S/A (CNPJ: 14.560.304/0001-18), pelo BANCO ALVORADA S/A (CNPJ: 33.870.163/0001-84) e pela própria BASES (CNPJ: 14.855.753/0001-93).

4. Hipóteses Atuariais e Métodos de Financiamento

4.1. Hipóteses Atuariais

O conjunto das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas foi o seguinte:

Hipótese	Valor
Taxa Real de Juros	4,09% ao ano
Crescimento Real de Salário	0,00% ao ano
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,24%
Indexador do Plano	IGP-M da FGV
Tábua de Mortalidade Geral	q_x da AT2000 (segregada por sexo) desagregada em 15%

Tábua de Mortalidade de Inválidos	$q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina)
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas
Rotatividade	Nula
Composição Familiar- Benefícios a Conceder	Família Média (Hx ¹²)
Composição Familiar- Benefícios Concedidos de Aposentadorias	Família Efetiva
Composição Familiar- Benefícios Concedidos de Pensões	Família Efetiva
Entrada em Aposentadoria	Ao preencher as carências regulamentares

4.2. Método de Financiamento

Considerando tratar-se de um Plano com Benefícios estruturados em Contribuição Variável e Benefício Definido, o método atuarial de financiamento de Capitalização na versão de Capitalização Individual é adotado para financiar os Benefícios de Renda Mensal de Aposentadoria por Tempo de Serviço ou Idade e Pecúlio Especial por Invalidez. E, o método atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para os Benefícios de Suplementação de Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

5. Patrimônio de Cobertura do Plano

O Patrimônio de Cobertura efetivamente constituído pelo Plano Misto é o valor utilizado para fazer face às Provisões Matemáticas calculadas (Passivo do Plano) e determinará se o Plano de Benefícios Previdenciário está equilibrado, deficitário ou superavitário. Esse patrimônio pode ser composto por bens, direitos e ativos financeiros. Esses ativos financeiros, conforme disposto na legislação em vigor, podem estar segmentados em Renda Fixa, Renda Variável Estruturado, Imobiliário, Operações com Participantes e Exterior. O Patrimônio de Cobertura informado pela Fundação BASES para o Plano Misto na posição de 31/12/2021 foi de R\$ 319.195.144,28.

9. Resultados apurados

A situação financeiro-atuarial do Plano Misto de Benefícios Previdenciários (MISTO Nº 001) da BASES, em 31/12/2020, utilizando os regimes / métodos de financiamento atuarial e as mesmas hipóteses atuariais indicados no item 4 deste Relatório de Avaliação Atuarial, apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (3.929.162,89), equivalente a 1,55% das Provisões Matemáticas referentes a benefícios estruturados na modalidade de benefícios definidos reavaliadas na posição de 31/12/2020, conforme demonstrado a seguir:

CÓDIGO	TÍTULO	VALORES- (R\$)
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO (*)	319.195.144,28
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMATICAS	338.912.843,56
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	248.037.338,36
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	853.720,02
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	853.720,02
2.3.1.1.01.02.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização	247.183.618,34
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados- Assistidos	145.844.744,39
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados- Assistidos	101.338.873,95
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	90.875.505,20
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	60.167.559,70
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas- Parcela Patrocinador(ES)/Instituidores	11.448.587,69
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas- Parcela Participantes	48.718.972,01
2.3.1.1.02.02.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	30.159.450,80
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	30.159.450,80
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	548.494,70
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.008.941,99

2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-460.447,29
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	0,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	0,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.04.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Repart de Cap de Cobertura	0,00
2.3.1.1.02.05.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinadores (ES)	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	-19.717.699,28
2.3.1.2.01.00.00	Resultados Realizados	-19.717.699,28
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-19.717.699,28
2.3.1.2.02.00.00	Resultados a Realizar	0,00

* Os valores contábeis encaminhados para processamento desta avaliação atuarial não sofreram análise pela Jessé Montello e a responsabilidade por sua veracidade é integralmente da Entidade.

Gabriel Pimentel Sátyro
Atuário MIBA 2799

Balanco Patrimonial Consolidado

valores em R\$ mil

ATIVO	NE	Exercício 2021	Exercício 2020	PASSIVO	NE	Exercício 2021	Exercício 2020
DISPONÍVEL		0	0	EXIGÍVEL OPERACIONAL		2.879	2.666
				Gestão Previdencial	(9)	1.950	1.790
REALIZÁVEL		974.425	967.314	Gestão Administrativa	(10)	886	875
Gestão Previdencial	(5)	9.959	9.859	Investimentos	(11)	43	1
Gestão Administrativa	(6)	150	150				
Investimentos	(7)	964.316	957.305	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		5.002	5.002
Fundos de Investimento		909.392	898.195	Gestão Previdencial	(12)	5.002	5.002
Investimentos Imobiliários		45.438	48.660				
Empréstimos		9.486	10.450	PATRIMÔNIO SOCIAL	(14)	967.931	961.016
				Patrimônio de Cobertura do Plano		951.150	942.800
				Provisões Matemáticas		991.291	942.299
				Benefícios Concedidos		885.738	841.712
				Benefícios a Conceder		105.553	100.587
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL		1.387	1.370	Equilíbrio Técnico		(40.141)	501
Imobilizado	(9)	1.387	1.370	Resultados Realizados		0	501
				Superávit Técnico Acumulado		0	501
				Déficit Técnico Acumulado (-)		(40.141)	0
				Fundos		16.781	18.216
				Fundos Administrativos		12.957	15.276
				Fundos dos Investimentos		3.824	2.940
TOTAL DO ATIVO		975.812	968.684	TOTAL DO PASSIVO		975.812	968.684

As Notas Explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Ativo Líquido por Plano - Plano Básico

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
1. Ativos	639.526	640.973	(0,23)
Recebível	10.404	11.162	(6,79)
Investimento	629.122	629.811	(0,11)
Fundos de Investimento	578.212	574.682	0,61
Investimentos Imobiliários	45.438	48.660	(6,62)
Empréstimos	5.472	6.469	(15,41)
2. Obrigações	2.666	2.633	1,25
Operacional	468	435	7,59
Contingencial	2.198	2.198	0,00
3. Fundos não Previdenciais	4.904	5.661	(13,37)
Fundos Administrativos	4.692	5.524	(15,06)
Fundos dos Investimentos	212	137	54,74
5. Ativo Líquido (1-2-3)	631.956	632.679	(0,11)
Provisões Matemáticas	652.378	628.249	3,84
Superávit/Déficit Técnico	(20.423)	4.430	(561,02)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(20.423)	4.430	(561,02)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	(7.158)	(7.129)	0,41
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(27.581)	(2.699)	921,90

Demonstração do Ativo Líquido por Plano - Plano Misto

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
1. Ativos	335.401	326.836	2,62
Recebível	12.513	312.863	(10,45)
Investimento	322.888	308.882	3,20
Fundos de Investimento	318.874	3.981	3,23
Empréstimos	4.014	4.561	0,83
2. Obrigações	4.329	4.160	4,06
Operacional	1.525	1.356	12,46
Contingencial	2.804	2.804	0,00
3. Fundos não Previdenciais	11.877	12.554	(5,39)
Fundos Administrativos	8.265	9.752	(15,25)
Fundos de Investimentos	3.612	2.802	28,91
5. Ativos Líquidos (1-2-3)	319.195	310.122	2,93
Provisões Matemáticas	338.913	314.051	7,92
Superávit/Déficit Técnico	(19.718)	(3.929)	401,86
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(19.718)	(3.929)	401,86
b) (+/-) Ajuste de Precificação	416	427	(2,58)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(19.302)	(3.502)	451,17

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado

valores em R\$ mil

Descri�o	Exercício 2021	Exercício 2020	Vari�o (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	961.016	972.627	(1,19)
1. Adi�o�es	94.921	147.890	(35,82)
Contribui�o�es Previdenciais	5.692	7.525	(24,36)
Outras Adi�o�es Previdenciais	177	0	0,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos- Gestão Previdencial	86.231	137.967	(37,50)
Receitas Administrativas	1.373	1.448	(5,18)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos- Gestão Administrativa	563	366	53,83
Constitui�o� de Fundo de Investimentos	885	584	51,54
2. Destina�o�es	(88.006)	(131.089)	(32,87)
Benefícios	(79.285)	(79.284)	0,00
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos- Gestão Previdencial	(4.283)	(79.285)	0,00
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos- Gestão Previdencial	(182)	(47.562)	0,00
Constitui�o� Líquida de Contingências- Gestão Previdencial	0	0	0,00
Despesas Administrativas	(4.256)	(4.243)	0,31
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	6.915	16.801	(159,56)
Provis�o�es Matemáticas	48.992	23.469	108,75
Superávit/D�f�cit Técnico do Exercício	(39.640)	(33.291)	19,07
Fundos Administrativos	(2.319)	(2.429)	(4,53)
Fundos dos Investimentos	884	640	38,13
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	967.931	989.428	0,72

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

Plano Básico

valores em R\$ mil

Descri�o	Exercício 2021	Exercício 2020	Varia�o (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	632.677	642.446	(1,52)
1. Adições	61.977	83.000	(25,33)
Contribuições	4.907	3.729	31,59
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos- Gestão Previdencial	56.994	79.271	(28,10)
Outras Adições Previdenciais	76	0	0,00
2. Destinações	(62.701)	(92.769)	(32,41)
Benefícios	(59.027)	(58.097)	1,60
Resgates	(2.898)	0	0,00
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos- Gestão Previdencial	0	(34.115)	0,00
Custeio Administrativo	(723)	(557)	29,80
Outras Destinações	(53)	0	0,00
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(724)	(9.769)	(92,59)
Provisões Matemáticas	24.129	(3.779)	(738,50)
Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(24.854)	(5.990)	314,92
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	(620)	632.677	(0,11)
C) Fundos não previdenciais	(620)	(743)	(16,55)
Fundos Administrativos	(832)	(880)	(5,45)
Fundos dos Investimentos	212	137	54,74

Plano Misto

valores em R\$ mil

Descri�o	Exercício 2021	Exercício 2020	Varia�o (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	310.125	310.178	(0,02)
1. Adições	31.110	34.941	(10,96)
Contribuições	1.773	2.397	(26,03)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos- Gestão Previdencial	29.237	32.490	(10,01)
Outras Adições Previdenciais	100	54	
2. Destinações	(22.037)	(34.994)	(37,03)
Benefícios	(17.299)	(13.932)	24,17
Resgates	(4.343)	(6.994)	(37,90)
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos- Gestão Previdencial	0	(13.447)	(100,00)
Custeio Administrativo	(266)	(360)	(26,11)
Outras Deduções	(129)	(261)	(50,57)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	9.073	(53)	(17.218,87)
Provisões Matemáticas	24.862	27.248	(8,76)
Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(15.788)	(27.301)	(42,17)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	319.198	310.125	2,93
C) Fundos não previdenciais	2.125	1.251	69,86
Fundos Administrativos	(1.487)	(1.551)	(4,13)
Fundos dos Investimentos	3.612	2.802	28,91

Demonstração das Provisões Técnicas por Plano

Plano Básico

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	634.833	635.449	(0,10)
1. Provisões Matemáticas	652.378	628.249	3,84
1.1. Benefícios Concedidos	637.700	614.372	3,80
Benefício Definido	637.700	614.372	3,80
1.2. Benefício a Conceder	14.678	13.877	5,77
Benefício Definido	14.678	13.877	5,77
2. Equilíbrio Técnico	(20.423)	4.430	(561,02)
2.1. Resultados Realizados	(20.423)	4.430	(561,02)
Superávit Técnico Acumulado	0	4.430	0,00
Reserva de Contingência	0	4.430	0,00
(-) Déficit Técnico Acumulado	(20.423)	0	0,00
3. Fundos	212	137	54,74
3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	212	137	54,74
4. Exigível Operacional	468	435	7,59
4.1. Gestão Previdencial	439	435	0,92
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	29	0	0,00
5. Exigível Contingencial	2.198	2.198	0,00
5.1. Gestão Previdencial	2.198	2.198	0,00

Plano Misto

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2020	Exercício 2020	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	327.136	317.084	3,17
1. Provisões Matemáticas	338.913	314.051	7,92
1.1. Benefícios Concedidos	248.037	227.340	9,10
Benefício Definido	248.037	227.340	9,10
1.2. Benefício a Conceder	90.876	86.711	4,80
Contribuição Definida	60.169	59.371	1,34
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores	11.450	11.447	0,03
Saldo de Contas - Parcela Participantes	48.719	47.924	1,66
Benefício Definido	30.707	27.340	12,32
2. Equilíbrio Técnico	(19.718)	(3.929)	401,86
2.1. Resultados Realizados	(19.718)	(3.929)	401,86
Superávit Técnico Acumulado	(19.718)	(3.929)	401,86
3. Fundos	3.612	2.802	28,91
3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	3.612	2.802	28,91
4. Exigível Operacional	1.525	1.356	12,46
4.1. Gestão Previdencial	1.511	1.355	11,51
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	14	1	100,00
5. Exigível Contingencial	2.804	2.804	0,00
5.1. Gestão Previdencial	2.804	2.804	0,00

Demonstração Plano de Gestão Administrativa - PGA

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	15.276	17.705	(13,72)
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.936	1.814	6,73
1.1. Receitas	1.936	1.814	6,73
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	989	917	7,85
Custeio Administrativo dos Investimentos	262	338	(22,49)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	65	78	(16,67)
Resultado Positivo dos Investimentos PGA	563	366	53,83
Outras Receitas	57	115	0,00
2. Despesas Administrativas	(4.256)	(4.243)	0,31
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	(4.256)	(4.243)	0,31
Pessoal e Encargos	(2.679)	(2.709)	(1,11)
Treinamento/congressos e seminários	(18)	(53)	(66,04)
Viagens e estadias	0	(1)	(100,00)
Serviços de terceiros	(965)	(919)	5,01
Despesas gerais	(303)	(269)	12,64
Depreciações e amortizações	(88)	(100)	(12,00)
Tributos	(203)	(192)	5,73
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	(2.320)	(2.429)	(4,49)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(2.320)	(2.429)	(4,49)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	12.956	15.276	(15,19)

Demonstração das Despesas Administrativas

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
Pessoal e encargos	2.678.838,64	2.708.540,08	98,90
Pessoal Próprio	2.678.838,64	2.708.540,08	98,90
Serviços de Terceiros	956.664,22	608.095,13	157,32
Consultoria Atuarial	233.542,85	212.443,84	109,93
Consultoria Jurídica	360.548,03	338.299,06	106,58
Recursos Humanos	1.216,60	0,00	0,00
Informática	304.550,04	288.438,42	105,59
Consultoria Contábil	19.460,00	27.490,24	70,79
Consultoria de Investimentos	37.346,70	29.861,99	125,06

Notas Explicativas Às Demonstrações Contábeis

FUNDAÇÃO BANE DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO BANE DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, regida pela Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, autorizada a funcionar através da Portaria nº 3.762, de 20 de maio de 1986, do Ministério da Previdência e Assistência Social, e tem por finalidade principal suplementar os benefícios da Previdência Oficial, aos empregados, ex-empregados, e respectivos beneficiários, do extinto Banco do Estado da Bahia S/A – BANE, e da BASES, enquanto Patrocinadores dos Planos de Benefícios da Entidade.

A BASES obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social, com regulamentação através do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e supervisão e fiscalização por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, criados pela Lei nº 12.154/09, em substituição, respectivamente, ao Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC (antigo órgão regulador) e à Secretaria de Previdência Complementar – SPC (antigo órgão fiscalizador).

A Lei nº 12.154/09 criou ainda a Secretaria de Política de Previdência Complementar- SPPC, com a competência de propor políticas e diretrizes para o setor de previdência complementar.

A BASES é uma Entidade sem fins lucrativos, singular e multipatrocinada, que aplica no país a totalidade de seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

Constituem-se membros da BASES, atuando como Patrocinadores desta e dos planos de benefícios previdenciários o Kirton Bank S/A, Banco Múltiplo, através da incorporação do Banco Alvorada S/A, em 30/04/2019, a Ágora Corretora de Seguros S/A, através da mudança da razão social da BANE Corretora de Seguros S/A, em 06/08/2019 e a Fundação BANE de Seguridade Social – BASES de acordo com os respectivos Aditivos e Convênio de Adesão.

2. PLANOS PREVIDENCIAIS E ADMINISTRATIVOS

A BASES, registrada junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC sob o número 00121, administra os seguintes planos de benefícios previdenciários:

a) Plano Básico: plano de benefício definido, inscrito sob o nº 19.860.002-65 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. O referido Plano encontra-se fechado para novas adesões desde 01.07.1998, conforme disposto no artigo 60 do então vigente Regulamento do Plano Misto, que foi aprovado pela SPC através do ofício 464 SPC/CGOF/COJ, de 26.06.1998.

b) Plano Misto: plano de contribuição definida na acumulação da reserva e de benefício definido na concessão do benefício vitalício, inscrito sob o nº 19.980.037-11 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Em 31 de dezembro de 2021, a BASES possui um total de 1.806 participantes (1.839 em 2020), assim distribuídos entre os seus planos de benefícios:

PARTICIPANTES	PLANO BÁSICO		PLANO MISTO		TOTAL CONSOLIDADO	
	QUANTIDADE		QUANTIDADE		QUANTIDADE	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
ATIVO	37	42	188	222	225	264
AUTOPATROCINADOS	0	0	7	4	7	4
ASSISTIDOS	1.173	1.174	401	397	1.574	1.571
TOTAL	1.210	1.216	596	623	1.806	1.839

Os recursos dos planos são representados pelas contribuições dos Patrocinadores, Participantes Ativos, Assistidos e Autopatrocinados, bem como pelos rendimentos financeiros resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que devem obedecer

ao disposto da Resolução CMN nº 4.661 de 25 de maio de 2018, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

O Plano da Gestão Administrativa- PGA da BASES foi constituído com base no Anexo C – Item 27 da Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009, revogada pela Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, a qual foi revogada pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, a qual foi revogada pela Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, tendo seu Regulamento sido aprovado pelo Conselho Deliberativo da BASES por meio da ata nº 225, de 21 de dezembro de 2009.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da BASES foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 alterada pela Resolução CNPC nº 29 alterada pela Resolução CNPC nº 44, de 06 de agosto de 2021 e Instrução PREVIC nº 08, de 14 de novembro de 2018 alterada pela Instrução Normativa nº 44, de 23 de novembro de 2021 e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 – Entidade Fechada de Previdência Complementar, e as práticas contábeis brasileiras.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta a segregação dos registros contábeis em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos.

A escrituração contábil da BASES atende à segregação das transações por plano de benefícios, permitindo a identificação patrimonial e de resultados de forma separada, quanto ao programa de gestão administrativa encontra-se de forma consolidado.

Demonstrações Contábeis

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 alterada pela Resolução CNPC nº 44, de 06 de agosto de 2021 e Resolução nº 12, de 19 de agosto de 2013, Instrução PREVIC nº 08 de, 14 de novembro de 2018 e a ITG 2001 – Entidade Fechada de Previdência Complementar, são apresentadas de forma consolidada o balanço patrimonial, a demonstração da mutação do patrimônio social e a demonstração do plano de gestão administrativa relativos aos seguintes planos: Plano Básico, Plano Misto e ao Plano de Gestão Administrativa – PGA, conforme detalhado abaixo:

3.1 – Balanço Patrimonial

Apresenta os valores correspondentes à soma dos eventos patrimoniais das Gestões Previdencial, Administrativa e do Fluxo de Investimentos, que consolidam as informações referentes aos respectivos planos de benefícios. Nesta demonstração, estão eliminadas as operações a receber (Ativo) e a pagar (Passivo) registradas exclusivamente entre os planos de benefícios da Fundação, no sentido de evidenciar os saldos patrimoniais sem a interferência daqueles que se anulam entre contas correspondentes no Ativo e no Passivo.

3.2 – Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS

Elaborada de forma consolidada. A DMPS apresenta detalhadamente as Adições e Destinações que resultam no Acréscimo ou Decréscimo do Patrimônio Social do conjunto de planos administrados pela entidade.

3.3 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA

Elaborada de forma consolidada. A DPGA apresenta os eventos econômicos (Receitas e Despesas) que resultam no Acréscimo ou Decréscimo no fundo patrimonial da Gestão Administrativa. A apresentação desta demonstração por plano de benefícios é facultativa.

3.4 – Demonstração do Ativo Líquido – DAL

Elaborada exclusivamente por plano de benefícios previdenciários e tem a finalidade de apresentar a composição do Ativo Líquido de cada plano. Nesta demonstração constam ainda informações complementares correspondentes à Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, vide Nota Explicativa nº 7, item b).

3.5 – Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL

Elaborada exclusivamente por plano de benefícios previdenciários. A DMAL apresenta detalhadamente as Adições e Destinações que resultam no Acréscimo ou Decréscimo do Ativo Líquido (Patrimônio de Cobertura do Plano).

3.6 – Demonstração das Provisões Técnicas – DPT

Elaborada exclusivamente por plano de benefícios previdenciários e tem a finalidade de apresentar a composição de todos os even-

tos que formam as Provisões Técnicas dos planos de benefícios.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS, ITENS AVALIADOS E CRITÉRIOS ADOTADOS

a) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas (Variações Positivas) e Deduções (Variações Negativas)

As adições e deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas (Variações Positivas) e Deduções (Variações Negativas) do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, com exceção das contribuições referentes aos autopatrocinados, que são registradas pelo regime de caixa.

b) Gestão dos recursos administrativos

b.1) Gestão segregada dos recursos administrativos

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, revogada pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas da BASES são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa- PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

b.2) Custeio administrativo

O custeio administrativo é o valor repassado pelos planos de benefícios previdenciais ao PGA, para cobrir as despesas decorrentes da administração dos planos, correspondente a percentual incidente sobre as contribuições dos Participantes e Patrocinadores e sobre o resultado positivo dos investimentos.

b.3) Despesas administrativas

As despesas são classificadas como gestão previdencial e/ou de investimentos, de acordo com a natureza da operação, cabendo ainda a classificação como específica, exclusivamente para despesas de um plano de benefícios, ou comum, para despesas atribuídas ao conjunto de planos.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, revogada pela Resolução CNPC nº 29, alterada pela Resolução CNPC nº 44, de 06 de agosto de 2021 de 13 de abril de 2018 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das despesas administrativas da BASES são efetuados de forma consolidada através do PGA- Plano de Gestão Administrativa, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

As despesas administrativas comuns são rateadas proporcionalmente ao número de planos de benefícios administrados pela BASES, exceto quanto às despesas administrativas vinculadas aos investimentos, que são rateadas proporcionalmente ao patrimônio de cada plano de benefícios.

A formação do fundo administrativo é em função das receitas, deduzidas das despesas, acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da constituição e reversão das contingências, contabilizadas no grupo de contas de gestão administrativa.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos e refletem a posição em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, com base no julgamento da Administração, periodicamente revisados, dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações, além das provisões de férias, dentre outras.

d) Realizável

- **Gestão Previdencial:** O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos direitos da BASES relativos às contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados.

- **Gestão Administrativa:** O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

- **Investimentos:** Conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, as entidades fechadas de previdência complementar devem proceder a avaliação e classificação contábil dos títulos e valores mobiliários integrantes do portfólio do programa de investimentos- realizável segundo as duas categorias a saber:

- **Títulos para negociação:** títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição até o vencimento do título, os quais são avaliados pelo seu valor de mercado, e seus efeitos são reconhecidos em conta específica

no resultado do exercício.

- Títulos mantidos até o vencimento: títulos com vencimentos superiores a doze meses da data de aquisição e que a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento sendo, ainda, considerados pela Entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito. Os títulos são avaliados pelas respectivas taxas oficiais e ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os investimentos compreendem ainda os seguintes itens:

- Renda Fixa: As quotas de fundos de investimento são registradas pelo seu valor de realização, com base no valor da quota disponível no último dia útil precedente ao encerramento do balanço patrimonial. Os acréscimos ou decréscimos são levados diretamente ao resultado.

As aplicações de renda fixa estão apresentadas ao valor de custo, incluído, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos em base "pro rata dia" até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

- Ações: Estão classificadas como renda variável as ações registradas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagem e outras taxas, avaliadas pelo valor de mercado considerando-se a cotação média do último dia útil do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

Os dividendos e as bonificações em dinheiro são contabilizados como receita a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas.

- Investimentos Imobiliários: Registrados ao custo de aquisição e reavaliação, deduzidos de depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear adotando-se as taxas em função da vida útil identificada no laudo de avaliação. Conforme contratos firmados, os investimentos imobiliários geram receitas de aluguéis, que são registrados em conformidade com o regime de competência.

- Empréstimos: Registra os empréstimos concedidos aos participantes acrescidos dos rendimentos financeiros pactuados, auferidos até a data do balanço. Os encargos são apropriados às contas de resultado pelo regime de competência.

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos de empréstimo aos participantes é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto na Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

e) Provisão para direitos creditórios de liquidação duvidosa

Constituída considerando a análise de risco de crédito na realização das operações, bem como na análise das operações vencidas e disposições do CNPC, julgadas suficientes para a cobertura de eventuais perdas.

f) Ativo Permanente

Representa os bens móveis e imóveis necessários ao funcionamento da Entidade que estão registrados ao custo de aquisição, acrescido de reavaliação, quando for o caso, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, estabelecida em função do tempo de vida útil dos bens.

g) Exigível Operacional

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos incorridos.

h) Exigível Contingencial

Representado por provisões para contingências que foram constituídas em montantes suficientes para fazer face a eventuais perdas, baseada na opinião dos consultores jurídicos da Entidade e na avaliação da Administração.

i) Patrimônio Social

i.1) Patrimônio de Cobertura do Plano

- Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, sob a responsabilidade de consultores atuariais externos contratados pela Entidade e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento dos Planos de Benefícios da Entidade.

Benefícios concedidos

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade

para com os participantes assistidos.

Benefícios a conceder

A provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual de contribuições que ainda serão vertidas para garantir o pagamento de benefícios de prestação continuada.

- Equilíbrio Técnico

A partir de 2015, a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, com redação dada pela Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits ou destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duration do passivo atuarial). Esta Resolução determina que o resultado superavitário do plano seja destinado à constituição de reserva de contingência, até o menor limite entre:

- (i) 25% do valor das provisões matemáticas (PM) ou
- (ii) $[10\% + (1\% \times \text{duration do passivo do plano})] \times \text{PM}$.

A Entidade apurou em 2019 a duration do passivo do Plano Básico em 8,85 anos (9,09 anos- 2018) e do Plano Misto em 12,39 anos (12,09 anos- 2018). Desta forma, em 2019, o limite para destinação à constituição da reserva de contingências seria de 18,85% (19,09%- 2018) para o Plano Básico e 22,39% (22,09%- 2018) para o Plano Misto. Para os dois planos a totalidade do resultado superavitário alocado foi inferior ao limite e, desta forma, nenhum valor foi alocado à reserva especial para revisão do plano.

i.2) Fundos

- Gestão previdencial

Determinado em bases atuariais, sob a responsabilidade dos consultores atuariais externos, para fazer face a eventuais oscilações das provisões matemáticas oriundas de contingências previdenciais ou obrigações decorrentes da destinação do superávit.

- Gestão administrativa

Representado pelo resultado acumulado da gestão administrativa.

- Investimento

Constituído com recursos de cobertura de risco de empréstimos a participantes e autopatrocinados.

5. REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	2021	2020
Plano Básico		
Recursos a receber		
. Participantes ativos		12
Depósitos Judiciais/Recursais	5.711	5.627
Total Plano Básico	5.711	5.639
Plano Misto		
Recursos a receber		
. Participantes ativos		106
Custeio administrativo antecipado	19	18
Depósitos Judiciais/Recursais*	4.229	4.118
Total Plano Misto	4.248	4.220
Total Realizável da Gestão Previdencial	9.959	9.859

6. REALIZÁVEL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

Representa o registro dos recursos a serem transferidos dos planos para o PGA relativos ao custeio administrativo, bem como recursos a recuperar de terceiros e depósito recursal administrativo.

PGA	2021	2020
Contas a receber		
. Responsabilidade de Terceiros	0	2
Custeio PGA	150	148
Total Realizável do PGA	150	150

7. REALIZÁVEL - INVESTIMENTOS

Os ativos dos Planos de Benefícios administrados pela Entidade e do PGA, são aplicados de acordo com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, e estão assim distribuídos:

	2021	2020
Plano Básico		
. Fundos de Investimentos	-	-
Multimercado	578.212	574.682
. Investimentos Imobiliários	45.438	48.660
. Empréstimos	5.472	6.469
Total do Plano Básico	629.122	629.811
Plano Misto		
. Fundos de Investimentos	318.874	308.882
. Empréstimos	4.014	3.981
Total do Plano Misto	322.888	312.863
Plano de Gestão Administrativa - PGA		
. Fundos de Investimentos	12.306	16.492
Total do Plano de Gestão Administrativa	12.306	16.492
Total de Investimentos	964.316	969.493

Administração e custódia dos investimentos – Os fundos de investimentos da BASES são administrados pelo Banco Bradesco S.A., empresa contratualmente responsável pelos trabalhos de Administração Fiduciária e Custódia da Entidade. Os títulos encontram-se custodiados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados- CETIP e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia- SELIC.

Conforme decisão da Diretoria Executiva, em consonância com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, mantém-se provisionado, pelo valor total, desde junho/2003, as debêntures não conversíveis, com vencimento em 01 de março de 2000, tendo em vista que a Feniciapar não vem efetuando os pagamentos das amortizações.

Fundamentado em estudo de ALM – Asset Liability Management, a Entidade manteve, em 2019, aplicações financeiras em títulos classificadas como títulos mantidos até o vencimento, que correspondem a 75,74% (70,93% - 2019), e classificadas como para negociação, que correspondem a 24,26% (29,07% - 2019). Conforme determinado pela Resolução MPAS / CGPC nº 4 de 2002, apresentamos no quadro a seguir os montantes, natureza e faixas de vencimento, bem como os valores de custo e mercado dos investimentos. Como não tínhamos uma clareza nos mercados sobre a dimensão da força da pandemia pelo Covid-19 na economia mundial e doméstica (Brasil), não realizamos ALM em 2020 e 2021.

a) Certificados Privados e Depósitos e Fundos de Investimentos

	Custo	Vencimento			2021	2020
Descrição	Total	Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
PLANO BÁSICO						
Fundos de Investimento						
Fundos - RV	73.459.384	73.459.384	0	0	73.420.377	93.144.358
LFS/LFSN	0	0	0	0	0	0
LTN-O	10.943.836	10.943.836	0	0	10.943.836	31.350.555
NTN-B	296.198.535	6.206.586	0	485.006.043	491.212.630	447.691.478
NTN-C	1.030.081	0	0	2.635.468	2.635.468	2.495.304
NTN-O	0	0	0	0	0	0
Total do Plano Básico	381.631.836	90.609.806	0	487.641.512	578.212.311	574.681.695

	Custo	Vencimento			2021	2020
Descrição	Total	Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
PLANO MISTO						
Fundos de Investimento						
Fundos - RV	31.485.133	31.485.133	0	0	31.466.402	34.557.344
LFS/LFSN	1.800.000	3.206.670	0	0	3.206.670	3.045.122
LFT-O	0	0	0	0	0	0
LTN-O	0	0	0	0	0	40.754.493
NTN-B	153.503.786	17.096.821	0	233.395.680,36	250.492.501	229.456.928
NTN-C	1.128.165	0	0	1.128.165,37	1.128.165	1.068.165
NTN-O	32.580.642	32.580.642	0	0	32.580.642	0
Total do Plano Misto	220.497.726	84.369.266	0	234.523.846	318.874.380	308.882.053
Total dos Planos Previdenciais	602.129.562	174.979.072	0	722.165.358	897.086.692	887.094.364

	Custo	Vencimento			2021	2020
Descrição	Total	Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA						
Bradesco F. I. REF DI FED EXTRA	9.408.641	9.408.641	0	0	9.408.641	11.870.721
Bradesco F.I. RF REF DI PREMIUM	2.896.496	2.896.496	0	0	2.896.496	2.760.085
Total do PGA	12.305.136	12.305.136	0	0	12.305.136	14.630.806
Total dos Títulos	614.434.699	187.284.208	0	722.165.358	909.391.828	901.725.170

b) Ajuste de Precificação de Ativos

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 26 de 29/09/2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 16 de 19/11/2014 e Instrução Normativa PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020, a Entidade estabeleceu em 2021 o Ajuste de Precificação dos Ativos como procedimento para apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, que corresponde à diferença entre o valor contábil desses títulos e o valor dos títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, calculado considerando a taxa de juros real anual na respectiva avaliação atuarial, Plano Básico (4,98%) e o Plano Misto (4,09%) e a duration do passivo, do Plano Básico em 8,56 anos (8,59 anos- 2020) e do Plano Misto em 11,91 anos (12,16 anos- 2020). Para o Plano Básico, o valor apurado da precificação dos ativos em 2021 (negativo) de R\$7.158 (-R\$7.129 / 2020), para o Plano Misto, o valor apurado em 2021 (positivo) da precificação dos ativos foi de R\$416 (R\$427 / 2020), estão apresentados nas “Informações Complementares” do Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios conforme quadros abaixo:

Bradesco FI Multimercado FEB BD - Plano Básico						
Natureza do ativo	Vencimento	Qtde	Custo histórico de aquisição	Valor contábil	Ajuste	Valor ajustado
NTN-B	15/08/2050	51	154	252	-26	227
NTN-B	15/08/2022	1.610	4.068	6.207	44	6.251
NTN-B	15/08/2050	1.780	5.404	9.079	-1.174	7.905
NTN-B	15/08/2030	22.379	61.546	98.319	-6.003	92.316
Total		25.820	71.172	113.857	-7.158	106.699

Bradesco FI Multimercado FEB II CD - Plano Misto I						
Natureza do ativo	Vencimento	Qtde	Custo histórico de aquisição	Valor contábil	Ajuste	Valor ajustado
NTN-B	15/08/2050	61	184	302	6	308
NTN-B	15/08/2022	780	1.971	3.007	37	3.044
NTN-B	15/08/2050	1.005	3.030	4.975	105	5.080
NTN-B	15/08/2050	1.120	3.400	5.713	-51	5.661
NTN-B	15/08/2040	4.480	12.789	21.209	205	21.413
NTN-B	15/08/2030	6.056	16.655	26.606	-133	26.473
NTN-B	15/08/2030	7.030	19.334	30.885	-154	30.731
NTN-B	15/08/2040	8.779	25.061	41.561	401	41.962
Total		29.311	82.424	134.258	416	134.674

O ajuste de precificação não é objeto de registro contábil.

c) Investimentos imobiliários

Os Investimentos Imobiliários são apresentados pelos custos das aquisições, ajustados ao valor de mercado por reavaliação periódica, conforme a Instrução Previc nº31, de 20 de agosto de 2021, os Investimentos Imobiliários pertencentes aos Planos previdenciais não serão mais depreciados bens, e estão assim distribuídos:

Plano Básico	2021	2020
Aluguéis e Rendas		
. Locados a Patrocinador	27.150	26.521
. Locados a Terceiros	14.500	17.893
. Aluguéis a Receber	378	260
Rendas de Participações		
. Shopping Center	3.410	3.986
Total de Investimentos Imobiliários	45.438	48.660

De acordo com a legislação vigente, em 2021, foram procedidas as reavaliações dos imóveis pertencentes à Carteira de Investimentos Imobiliários do Plano Básico e PGA, elaboradas pela AVALIATEC Engenharia de Avaliações e Consultores Ltda – EPP. Demonstramos no quadro a seguir os efeitos das reavaliações:

Imóveis	Vida útil	Valor contábil		
Locados ao Patrocinador	Remanescente	Antes da reavaliação	Reavaliação	Resultado
Barreiras	40 anos	5.096	5.520	424
Campo Grande	40 anos	5.449	5.330	(119)
Centro Empresarial Iguatemi	42 anos	3.256	3.320	64
Juazeiro	40 anos	4.950	5.120	170
Pituba	40 anos	6.319	6.390	71
Santo Estevão	50 anos	1.451	1.470	19
Subtotais		26.521	27.150	629

Imóveis	Vida útil	Valor contábil		
Locados a terceiros	Remanescente	Antes da reavaliação	Reavaliação	Resultado
Barra	42 anos	3.605	3.645	40
Centro Emp. Farol da Barra	40 anos	2.456	2.500	44
Shopping Center Sumaré	43 anos	1.497	1.570	73
Ed. Garagem Park Center	40 anos	6.234	6.305	71
Loja Park Center	40 anos	464	480	16
Subtotais		14.256	14.500	244

Participações	Vida útil	Valor contábil		
Locados a terceiros	Remanescente	Antes da reavaliação	Reavaliação	Resultado
Shopping Center Lapa	40 anos	3.986	3.410	(576)
Subtotais		3.986	3.410	(576)

8. PERMANENTE (PGA)

PERMANENTE (PGA)	2021	2020
Bens Móveis		
Móveis e Utensílios	51	71
Máquinas e Equipamentos	81	98
Equipamentos de Informática	49	31
Software	24	19
Sistema de Segurança	2	3
Total de bens móveis	207	222
Bens Imóveis		
Imóvel de Uso Próprio	1.180	1.071
Total de bens imóveis	1.180	1.071
Total do Permanente	1.387	1.370

De acordo com a legislação vigente, em 2021, foi procedida a reavaliação do imóvel pertencente ao PGA, elaboradas pela AVALIATEC Engenharia de Avaliações e Consultores Ltda – EPP. Demonstramos no quadro o efeito da reavaliação:

Imóveis	Vida útil	Valor contábil		
De uso próprio	Remanescente	Antes da reavaliação	Reavaliação	Resultado
Ed. Serra da Raiz, 9º andar	35 anos	1.123	1.180	56
Subtotais		1.123	1.180	56

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

Estão contabilizadas neste grupo contábil, as obrigações iminentes dos planos, conforme apresentados a seguir:

Planos	2021	2020
Plano Básico		
Benefícios a pagar	185	171
Retenções a recolher	184	165
Repasse para o PGA	70	99
Total do Plano Básico	439	435

Planos	2021	2020
Plano Misto		
Benefícios a pagar	1.389	1.212
Retenções a recolher	83	327
Repasse para o PGA	39	287
Total do Plano Misto	1.511	1.826
Total Exigível Operacional Gestão Previdencial	1.950	2.642

10. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	2021	2020
Despesas de pessoal	753	741
Retenções a recolher	86	65
Fornecedor	28	41
Outros	19	28
Total do Exigível Operacional Gestão Administrativa	886	875

11. EXIGÍVEL OPERACIONAL – INVESTIMENTOS

	2021	2020
Plano Básico		
Repasse para o PGA	29	0
Total do Plano Básico	29	
Plano Misto		
Empréstimo	0	
Repasse para o PGA	14	0
Total do Plano Misto	14	1
Total Exigível Operacional – Investimentos	43	1

12. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO PREVIDENCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

	2021	2020
Plano Básico		
Provisão		
Benefícios previdenciários (a)	1.468	1.468
Expurgos Inflacionários (b)	556	556
Outos	174	174
Total do Plano Básico	2.198	2.198
Plano Misto		
Provisão		
Benefícios previdenciários (a)	76	76
Expurgos Inflacionários (b)	2.728	2.728
Total do Plano Misto	2.804	2.804
Total Exigível Contingencial da Gestão Previdencial	5.002	5.002

A BASES constitui seu exigível contingencial fundamentado na opinião dos seus assessores jurídicos, sendo apurados e contabilizados os montantes a pagar relativos às demandas judiciais passivas, cuja previsão de desfecho seja apresentada como de “provável” perda para a Entidade. Para as demandas classificadas como de “possível” ou “remota” perda, é efetuado acompanhamento do andamento processual e são divulgadas informações, quando relevantes.

(a) Provisões benefícios previdenciários

Montante relativo às ações ajuizadas por participantes assistidos pleiteando suplementação da aposentadoria por motivos diversos,

restituição de valores históricos descontados, expurgos inflacionários, etc. Nestes casos, a BASES efetuou as provisões obedecendo aos critérios pertinentes.

(b) Expurgos inflacionários

Ações movidas por ex-participantes, pleiteando a diferença na atualização dos saldos das reservas de poupanças resgatadas, referentes aos planos econômicos, (Bresser (1987), Verão (1989) e Collor 2 (1991).

13. PATRIMÔNIO SOCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

13.1 Patrimônio de Cobertura do Plano

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas e constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, conforme descrito na nota explicativa nº 04, item “i”.

A partir de 2015, a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, com redação dada pela Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits ou destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duration do passivo atuarial). Esta Resolução determina que o resultado superavitário do plano seja destinado à constituição de reserva de contingência, até o menor limite entre:

- (i) 25% do valor das provisões matemáticas (PM) ou
- (ii) $[10\% + (1\% \times \text{duration do passivo do plano})] \times \text{PM}$.

O patrimônio de cobertura dos planos apresenta a seguinte composição:

Plano Básico	2021	2020
Provisões Matemáticas		
Benefícios concedidos	637.700	614.372
Benefícios a conceder	14.678	13.877
Total das Provisões Matemáticas	652.378	628.249
Superávit Técnico Acumulado	(20.423)	4.430
Reserva de Contingência	0	4.430
Superávit Técnico	0	4.430
Déficit Técnico (-)	(20.423)	4.430
	(20.423)	4.430
Fundos		
Fundo de Investimentos	212	137
	212	137
Total do Plano Básico	632.167	632.816

Plano Misto	2021	2020
Provisões Matemáticas		
Benefícios concedidos	248.037	227.340
Benefícios a conceder		
Contribuição Definida		
Saldo de contas- Parcela Patrocinador	11.450	11.447
Saldo de contas- Parcela Participantes	48.719	47.924
Benefício Definido	30.707	27.340
Total das Provisões Matemáticas	338.913	314.051
Superávit Técnico Acumulado	(19.718)	(3.929)
(Déficit Técnico Acumulado)	(19.718)	(3.929)
Fundos		
Fundo de Investimentos	3.612	2.802
	3.612	2.802
Total do Plano Misto	322.807	312.924

	2021	2020
Plano de Gestão Administrativa		
Fundos		
Fundo Administrativo	12.957	15,276
Total do PGA	12.957	15,276
Total do Patrimônio Social	967.931	961.016

Abaixo descrevemos as premissas e hipóteses atuariais utilizadas na avaliação de 2021 e 2020:

Plano Básico	2021	2020
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 15% segregada por sexo)	AT-2000 (desagravada em 15% segregada por sexo)
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa de juros anual	4,98%	5%
Nível de inflação anual	INPC	INPC
Crescimento salarial	0%	0%
Tábua mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83
Crescimento Real do SRB	3,00%	3,00%
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,24%	98,00%

Plano Misto	2020	2020
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 15% segregada por sexo)	AT-2000 (desagravada em 15% segregada por sexo)
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa de juros anual	4,09%	4,09%
Nível de inflação anual	IGPM	IGPM
Crescimento salarial	0	0
Tábua mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,24%	98,00%

O Conselho Deliberativo em reuniões ocorridas em 28/01/2022, conforme Ata nº 361, respaldada por estudo de aderência realizado durante o exercício de 2021, definiram as premissas e hipóteses atuariais adotadas.

Os Fundos de Investimento (quitação de empréstimos) são constituídos com a sobretaxa de 0,90% para o Plano Misto e 3,00% para o Plano Básico, sobre as operações de empréstimos aos participantes, para dar cobertura a eventuais riscos de contratos de mútuos, conforme decisão do Conselho Deliberativo.

O Fundo Administrativo é constituído com as sobras do Custeio Administrativo, adicionado ao rendimento dos recursos administrativos, deduzidas as despesas administrativas e constituição ou reversão das contingências administrativas.

14. COBERTURA DE SEGURO

É política da BASES manter cobertura de seguros para os investimentos imobiliários e instalações do seu imóvel sede por montantes considerados suficientes para fazer face aos riscos envolvidos.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da BASES encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de políticas de controles e de estratégias operacionais de avaliação de riscos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente de taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos ativos financeiros não divergem significativamente dos seus valores contábeis, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

Desempenho dos Planos de benefícios administrados pela Bases em 2021

Os investimentos consolidados fecharam o ano de 2021 em R\$ 961 milhões, os ativos estavam distribuídos da seguinte forma: Renda Fixa 93,38% equivalente a R\$897 milhões; Imóveis 4,69% equivalente a R\$ 45 milhões e Empréstimos a Participantes 1,93% equivalente a R\$19 milhões. Do total consolidado dos investimentos, 34,25%, ou seja, R\$ 329 milhões correspondem ao Plano Misto. Já o Plano Básico corresponde a 65,75%, ou seja, R\$ 632 milhões do total dos Investimentos.

Rentabilidade e resultado 2021

O Plano Básico encerrou 2021 com uma rentabilidade de 9,62% contra uma TMA de 15,67%, ficando abaixo em 5,23%. O resultado do Plano se dá, principalmente pelo impacto da pandemia no mercado financeiro e piora da avaliação do balanço de riscos para a inflação, inserindo viés altista para as projeções no cenário, ou seja, aumento da pressão inflacionária o que reflete a variação dos índices de inflação.

Já o Plano Misto I encerrou 2021 com uma rentabilidade de 10,53% contra uma TMA IGP- M+4,09%aa de 22,60%, ficando abaixo em 9,84%. O resultado do Plano Misto se dá, além do impacto da pandemia no mercado financeiro, pela pressão no IGP-M, ainda em 2021 variações de 17,78%, em 2020 a variação já tinha sido de 23,14%, o índice do plano sofre influência do dólar e de produtos primários, como as commodities e metais.

Considerando a alteração do IAP – índice atuarial do Plano Misto de IGP-M para INPC, o Plano encerrou 2021 com uma rentabilidade de 10,53% contra um INPC+4,09%aa de 14,67%, ficando abaixo em 3,61%. O resultado do Plano Misto se dá principalmente pelo impacto da pandemia no mercado financeiro e piora da avaliação do balanço de riscos para a inflação, inserindo viés altista para as projeções no cenário, ou seja, aumento da pressão inflacionária o que reflete a variação dos índices de inflação.

Com relação ao resultado dos Planos de Benefícios da BASES, O Plano Básico iniciou 2021 com um equilíbrio técnico acumulado positivo de R\$ 4.430.511,50, encerrou 2021 com um resultado negativo de R\$20.423.122,20, resultado em função da volatilidade negativa nos mercados que levou a um recuo na Bolsa no segundo semestre de 2021, levando o índice a uma variação negativa de 11,93%. E também a forte pressão inflacionária que levou os índices de inflação IGP-M e INPC a variações de 17,18% e 10,16 respectivamente, tal comportamento prejudicou o desempenho do segmento dos fundos de pensão em 2021 e dos investimentos dos planos de benefícios da BASES.

Com relação ao Plano Misto, o mesmo iniciou 2021 com um equilíbrio técnico acumulado negativo de R\$3.929.162,89, encerrou o ano com um resultado negativo de R\$19.717.699,28. Como dito acima, o resultado do Plano Misto se dá, em função da volatilidade negativa nos mercados que levou a um recuo na Bolsa no segundo semestre de 2021, levando o índice a uma

variação negativa de 11,93%. E também a forte pressão inflacionária que levou os índices de inflação IGP-M e INPC a variações de 17,18% e 10,16 respectivamente, tal comportamento prejudicou o desempenho do segmento dos fundos de pensão em 2021 e dos investimentos dos planos de benefícios da BASES.

A BRAM – Bradesco Asset Management, parceira e gestora dos fundos exclusivos da BASES, com o objetivo de auxiliar seus clientes sobre os desafios e perspectivas para 2022, abordou na sua “CARTA DO GESTOR – Janeiro/2022, diversos aspectos relacionados ao cenário macroeconômico e de investimentos. Na ata da última reunião do comitê de política monetária (Copom), na qual a Selic foi elevada de 7,75% para 9,25%, a grande novidade ficou por conta da pior avaliação do balanço de riscos para a inflação e pela desancoragem das expectativas, inserindo viés altista para as projeções no cenário básico. Nesse sentido, o comitê avalia que é necessária a manutenção do ciclo de aperto monetário mais contracionista do que o utilizado no cenário básico por todo o horizonte relevante. Além de simular ritmos diferentes de alta da Selic, os membros também consideraram cenários com a taxa de juros permanecendo elevada por um período mais longo do que o implícito no cenário básico, optando pela manutenção do ritmo de alta em 1,5 p.p. O documento reafirma o cenário de compromisso do Banco Central em garantir a convergência da inflação para a meta ao longo de 2022 e 2023. Na reunião de fevereiro, o Copom deverá elevar a taxa de juros em 150 pb, para 10,75% a.a. O ciclo atual de aperto deverá ser encerrado em 11,75% na reunião de março, com uma alta de 100 pb. Esse patamar da Selic deverá ser mantido ao longo de todo o ano.

Em dezembro, a prévia da inflação ao consumidor (IPCA-15) variou 0,78%, ante avanço de 1,17% em novembro. A inflação acumulada em 12 meses apresentou desaceleração, de 10,7% no fechado de novembro para 10,4% em dezembro. Dentro das surpresas baixistas, o grupo Higiene Pessoal teve o maior impacto, com queda de -3,34%, causando menor inflação de bens industriais. Já em serviços, destaque para alimentação fora do domicílio (0,08%), também influenciada por promoções da Black Friday. No entanto, o núcleo de serviços subjacentes ex- alimentação fora do domicílio teve alta de 0,88% no mês, apresentando aceleração em relação a tendência dos últimos meses. Com relação aos núcleos, que são métricas que excluem ou suavizam itens voláteis, a desaceleração frente ao mês de novembro foi mais intensa do que o esperado. Em dezembro, a média da variação dos núcleos dessazonalizada passou de 0,83% para 0,73%, ante expectativa de 0,78%. Em 12 meses, a média dos núcleos alcançou 7,4%. Projetamos que o IPCA deverá encerrar 2021 com variação de 9,9%.

Incorporando as surpresas negativas com a atividade em outubro, o Índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-Br) teve retração de 0,4% na margem. Na comparação interanual, o índice teve queda de 1,5%. O indicador repercutiu a queda na margem do volume de serviços (-1,2%), das vendas do varejo (-0,9%) e da produção industrial (-0,6%) no mês. Com o resultado, o IBC-Br se encontra 1,6% abaixo do nível pré-crise. O dado de outubro representou queda de 0,9% em relação à média do 3º trimestre. De forma geral, o resultado mostra um quadro menos favorável para o PIB no 4º trimestre.

A BASES, na aplicação dos recursos dos planos, observa os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência. Exerce suas atividades com boa fé, lealdade e diligência. Zela por elevados padrões éticos e adota práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos seus participantes. A estratégia adotada pela Fundação é

acompanhada e reavaliada constantemente, possibilitando que os eventuais desvios sejam corrigidos e que as mudanças no ambiente econômico sejam refletidas na Política de Investimentos.

Todo esse acompanhamento reflete numa gestão transparente voltada ao objetivo primordial da BASES que é instituir e operar planos de benefícios previdenciários, destinados aos empregados, e seus beneficiários, dos Patrocinadores da Entidade, promovendo o bem-estar social dos seus destinatários. Superar as metas atuariais é condição primordial quando se fala em gestão de investimentos. Garantir um conforto financeiro aos seus participantes, tornou-se uma luta diária da BASES que vem desempenhando este papel de forma vitoriosa ao longo de sua história.

OFND – OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Em 1986, o Poder Executivo Federal expediu o Decreto-Lei nº 2.228, criando o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), cujo objetivo era captar recursos junto a investidores privados. Seu art. 7º estabelecia a obrigatoriedade das entidades fechadas de previdência privada (com patrocinadores oriundos do setor público federal e estadual) aplicarem 30% (trinta por cento) de suas reservas técnicas nas “Obrigações” desse Fundo (OFND’s), com prazo de 10 anos e variação equivalente à da OTN (Obrigação do Tesouro Nacional).

Em 27/11/2015 foi enviada Petição de Liquidação- Proc. nº 0145892-43.2015.4.02.5101- 5ª VFRJ- no valor de R\$ 605.048.102,26, Grupo 11 – Entidades: BASES, FUNSSEST, FUNBEP, CAPEF, NUCLEOS, FEMCO e PREBEG.

Em 16/02/2016 – foi feita Petição para juntada de certidão do trânsito em julgado do acórdão proferido pela 7ª turma do TRF2 do Grupo 11 ao qual a BASES faz parte.

Considerando a consulta, buscando a possibilidade do lançamento contábil dos créditos, realizada pela ABRAPP para a PREVIC em 2018, onde a mesma respondeu através do Ofício n.º 1724/2018/PREVIC de 29/06/2018, em que se manteve o entendimento exarado por meio da Nota n.º 01/2011/CGMC/CGMC/DIACE/PREVIC de 06/11/2011, no sentido de que os registros continuem em Notas Explicativas, considerando ainda que, o registro contábil da receita de investimentos, decorrente dessa decisão judicial, depende ainda de confirmações futuras e ajuste nos valores estimados, bem como de acordo com o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e com a Orientação CVM nº 15/87, a BASES não efetuou contabilização desse possível acréscimo aos investimentos, principalmente com o objetivo de evitar quaisquer registros contábeis que possam gerar dúvidas a respeito da posição financeira da entidade apresentada a cada exercício social.

Em 2021 a BASES participou da Assembleia Geral Extraordinária da ABRAPP, realizada em 23/11/2021, e manifestou sua adesão, de forma irrevogável e irretirável, à Proposta de Acordo materializada no Procedimento Administrativo nº 00412.007444/2021-67, nos seguintes termos: 1. A associada ora signatária está ciente e adere à íntegra da proposta de acordo remetida pela ABRAPP à Procuradoria Regional da União da 2ª Região, no que se refere ao objeto da Ação Ordinária nº 91.0123902-3 (CNJ nº 0123902-36.1991.4.02.5101), que

tramitou na 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro, na qual a ABRAPP atuou como substituta processual, na representação de suas associadas, que versa sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFNDs, nada tendo a opor em relação às premissas e aos cálculos resultantes da aplicação das premissas, utilizados para liquidação e consolidação do valor devido, na data de junho de 2021, informado na proposta de acordo, inclusive quanto aos valores referentes à honorários sucumbenciais devidos à Advocacia Geral da União pela associada; 2. A associada integra o polo ativo dos Autos de Liquidação de Sentença nº 0145892-43.2015.4.02.5101, em trâmite perante a 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro, onde será devidamente protocolizada o possível acordo a ser celebrado entre as associadas e a União Federal, para fins de homologação judicial, no momento oportuno; 3. A associada se compromete a assinar, como parte titular do direito reivindicado, quando demandada pela ABRAPP, a formalização da composição a que fez referência à AGE supracitada e a proposta de acordo, que será submetida à homologação judicial, sem prejuízo da assinatura do procurador devidamente constituído; 4. A associada afirma ter obtido a aprovação nas instâncias internas de governança necessárias para aderir à proposta de acordo, isentando a ABRAPP de qualquer responsabilidade em relação às aprovações da associada e desonerando a associação de tal verificação individualizada, sendo os signatários da presente os responsáveis, de acordo com as

disposições estatutárias de cada associada; 5. A associada concorda que a proposta de acordo decorre de negociação liderada pela ABRAPP, enquanto representante de suas associadas, com a Procuradoria Regional da União da 2ª Região, e acompanhada pela associada, sendo que a proposta deverá tramitar pelas instâncias necessárias na União Federal, até a efetiva aprovação e assinatura pela(s) autoridade(s) governamental(ais) competente(s); 6. A associada está ciente de que eventual não formalização deste termo em prazo adequado e/ou desistência posterior quanto à proposta de acordo poderá prejudicar a disponibilidade de opção semelhante para a associada no futuro, não sendo garantida, em nenhuma hipótese, nova possibilidade de acordo, a igualdade de premissas, de condições e de resultados; 7. Que a atuação nas demandas oriundas da Ação Ordinária nº 91.0123902-3 (CNJ nº 0123902-36.1991.4.02.5101) da ABRAPP enquanto substituta processual / interveniente encerrar-se-á quando da homologação do acordo pelo Juízo competente.

A BASES continuará acompanhando o processo e o andamento das ações referentes a OFND, avaliando oportunamente a possibilidade de reconhecimento do direito e respectivo crédito.

Transferência do gerenciamento dos planos previdenciais

Em junho de 1999, ocorreu leilão para privatização do Banco do Estado da Bahia – BANEBA, tendo sido o mesmo adquirido pelo Banco Bradesco. A partir do ano de 2000, o principal patrocinador dos Planos de Benefícios da BASES passou a manifestar a intenção de retirada do patrocínio tendo sido impetrado processo administrativo contra tal intenção.

Em 07 de julho de 2006 foi publicada a Portaria SPC/DETEC/CGAT nº 481, datada de 06 de julho de 2006, determinando a transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios da BASES para o Multipensions Bradesco, solicitada por este em 16 de novembro de 2005. Essa Portaria veio a ser anulada posteriormente por cerceamento de defesa, reabrindo o processo para manifestação da BASES.

Após as manifestações da BASES, contrárias a transferência de gerenciamento, foram editadas novas Portarias pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar, de nº 1.383 e 1.384, datadas de 07 de agosto de 2007, autorizando, novamente, a transferência de gerenciamento.

Em março de 2008, a BASES ajuizou Ação Cautelar, obtendo liminar, posteriormente confirmada por sentença, que suspendeu os efeitos das Portarias 1.383 e 1.384 até julgamento definitivo da Ação Anulatória também ajuizada pela BASES.

Em setembro de 2015, a PREVIC – Secretaria de Previdência Complementar, atendendo à solicitação do MultiPensions Bradesco, encaminhou à BASES o Ofício de nº 2395/CGTR/DITEC/PREVIC definindo que a Entidade procedesse, em 30 (trinta) dias, a transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios, com a alegação de que não havia impedimento processual para o cumprimento das Portarias nº 1383/2007 e 1384/2007.

Ciente de estar amparada por argumentos que estão de acordo com a legislação, a BASES interpôs, no dia 24 de setembro de 2015, uma Cautelar Inominada no Tribunal Regional Federal – 1ª Região pedindo a anulação da determinação imposta pela PREVIC, de modo a salvaguardar os direitos da Entidade e de seus Participantes. O Desembargador deferiu a favor da BASES, determinando que aquele Órgão se abstenha de exigir da Fundação a transferência, para o MultiPensions Bradesco, do gerenciamento dos Planos de Benefícios Previdenciários.

Paralelamente à Ação Cautelar, a BASES interpôs Recurso Administrativo junto à Superintendência de Previdência Complementar pedindo reconsideração da decisão contida no Ofício 2395/CGTR/DITEC/PREVIC. Em 7 de outubro de 2015, foi publicado no Diário da Justiça Federal, a decisão proferida pelo TRT 1ª Região, para que a PREVIC se abstenha de exigir da BASES a transferência dos planos para o Multipensions Bradesco.

O MultiPensions Bradesco ingressou, no dia 13 de outubro de 2015, com um Agravo Regimental, e a PREVIC interpôs Embargos de Declaração, no dia 16 de outubro de 2015, contestando a decisão do Desembargador. Ambos estão pendentes de julgamento.

A Entidade continua aguardando decisão referente à Ação Cautelar, que tramita na 7ª Vara Federal e em paralelo no TRF 1ª Região, ambas em grau de recurso.

Ingrid Cunha Lemos
Presidente

Nelsiene Santos Sena
Diretora Administrativa Financeira

Luiz Cassimiro Lopes de Araujo
Contador-CRC/BA 11236/O-0

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Diretores e Conselheiros da
Fundação BANEb de Seguridade Social – BASES
Salvador – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação BANEb de Seguridade Social – BASES (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação BANEb de Seguridade Social – BASES e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Precificação das Obrigações Atuariais e Equilíbrio Técnico

A Resolução CNPC nº 30, de 10.10.2018, estabelece regras relativas às condições e procedimentos relacionados à apuração do resultado, e à destinação e utilização de superávits e equacionamento de déficits dos planos de benefícios, assim resumidos:

- (i) - regras de precificação das provisões matemáticas, quando a taxa de juros real anual da rentabilidade esperada dos investimentos é utilizada também para atualização dos compromissos atuariais de cada Plano;
- (ii) - estabelecido o conceito de “duração do passivo”, que deverá ser observado para gerenciamento dos Planos em suas características e especificidades, e corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios, líquidos das correspondentes contribuições;
- (iii) - novas condições e procedimentos a serem observados a partir da apuração de superávit e déficit dos planos previdenciais, que compõem o equilíbrio técnico contabilizado e evidenciado no balanço. As sobras ou insuficiências, apuradas e contabilizadas nos planos previdenciais, somente poderão ser destinadas ou equacionadas, respectivamente, após a inserção dos valores oriundos do “Ajuste de Precificação” dos Títulos Públicos Federais, positivo ou negativo. O montante correspondente ao referido ajuste não é contabilizado, mas deve ser apresentado em demonstração contábil complementar e as devidas descrições constam nas notas explicativas.

Dessa forma, os efeitos decorrentes dos estudos técnicos gerenciais e respectivas apurações referentes à “duração do passivo”, ao “ajuste de precificação de títulos públicos” e ao “equilíbrio técnico ajustado” não são objeto de contabilização e, por conseguinte, não estamos expressando opinião sobre esses efeitos divulgados pela Entidade.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por preparar outras informações e divulgá-las no Relatório Anual de Informações – RAI. Esse relatório é requerido pela Instrução PREVIC nº 22/2015 e deverá ser elaborado em até 30 dias depois do prazo de envio das Demonstrações Contábeis da Entidade para PREVIC. O relatório deverá conter, entre outras: informações relevantes que permitam a análise dos resultados dos Planos frente aos objetivos traçados, da saúde financeira, atuarial e patrimonial dos Planos e fatos relevantes. De acordo com os requerimentos da NBC TA 720, os auditores têm como responsabilidade efetuar a leitura do Relatório, quando ele for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Informações Anuais – RAI e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador – BA, 04 de março 2022.

PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PE – 000680/O-0 – “S” – BA

Hugo Ferreira da Silva Junior
Contador – CRC-PE – 0011620/O – “S” – BA

Parecer do Conselho Fiscal

O CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO BANEDE DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES, no cumprimento de suas atribuições, contidas nos incisos II e V do art. 52 do estatuto vigente, reuniu-se na sede da Entidade, aos 23 (vinte e três) dias do mês de março de 2022, para analisar e emitir parecer sobre os relatórios e demais documentos pertinentes aos demonstrativos contábeis, referentes ao exercício social de 2021, compostos do: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social consolidada, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada, Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefício previdencial e respectivas Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva da BASES, e considerando ainda o Parecer do Atuário e o Relatório do Auditor Independente, o Conselho Fiscal opina favoravelmente   aprovação das Demonstrações Contábeis da BASES relativas ao exercício de 2021.

Salvador (BA), 23 de març  de 2022.

Adriana Alcântara Villas Boas
Presidente

Luis Artur Pereira Freitas
Conselheiro

Manifesta o do Conselho Deliberativo

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDA O BANEDE DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES, no cumprimento de suas atribuições, contidas no inciso V do art. 38 do estatuto vigente, reuniu-se na sede da Entidade, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de març  de 2022, para analisar os rel rios e demais documentos pertinentes aos demonstrativos contábeis, referentes ao exercício social de 2021, compostos do: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstr o da Muta o do Patrimônio Social consolidada, Demonstr o do Plano de Gestão Administrativa consolidada, Demonstr o do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstr o da Muta o do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstr o das Provisões Técnicas por plano de benefício previdencial e respectivas Notas Explicativas das Demonstra es Contábeis consolidadas.

Com base no exame desses documentos, complementados por informa es e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva da BASES, alicerçado ainda nos Pareceres do Atuário, do Relatório do Auditor Independente e do Parecer do Conselho Fiscal, homologa a aprova o do Relatório Anual e Presta o de Contas, contidos nas Demonstra es Contábeis da BASES relativas ao exercício de 2021.

Salvador (BA), 25 de març  de 2022.

Taytiane Peneluc Menezes de Cirqueira
Presidente

Eduardo Rangel Gomes Silva Souza
Conselheiro

Hilda Maria Ribeiro Chagas
Conselheira

Nelson Ney Pires Gomes Santana]
Conselheiro

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2021

Publicação produzida pela área de Comunicação da Fundação BASES e dirigida a seus participantes ativos e assistidos.



bases
FUNDAÇÃO BANEDE DE
SEGURIDADE SOCIAL

Rua da Grécia, n.º 8, Ed. Serra da Raiz, 9º andar,
Comércio CEP.: 40.010-010 Salvador- BA

Seguridade

71 99728-5084

71 99690-4465

Empréstimo

71 99980-1712

71 99690-6732

Secretaria

71 99671-1540

71 99696-1019

www.facebook.com/fundacaobases

www.instagram.com/fundacaobases

www.bases.org.br